

A large, faint, light-red graphic in the background of the top section shows the silhouettes of a group of people standing in a row. They are interconnected by a network of thin, curved lines that arch over their heads, suggesting a global or interconnected network.

OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

RITA SANTOS

PERSPECTIVAS FEMINISTAS E PENSAMENTO *SOBRE E PARA A PAZ*: (RE)CONHECER AS VIOLÊNCIAS E RESGATAR AS PAZES

**Fevereiro de 2011
Oficina nº 363**

Rita Santos

**Perspectivas feministas e pensamento *sobre e para* a paz: (re)conhecer
as violências e resgatar as pazes**

**Oficina do CES n.º 363
Fevereiro de 2011**

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3001-401 COIMBRA, Portugal

Rita Santos

Centro de Estudos Sociais

Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz

Perspectivas feministas e pensamento *sobre e para a paz*: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes

Resumo: Pese embora a heterogeneidade dos pensamentos feministas, as análises feministas sobre a violência e a paz convergiram na desocultação das violências interpessoais e das suas ligações com outras práticas violentas manifestas a outras escalas (nacional e global), desafiando a inevitabilidade da ordem social dominante (sistema de guerra). Não apresentando um corpo fechado de conceitos e abordagens *para a paz*, partilham ainda referências comuns a nível propositivo, como é o caso do conceito de *paz intersubjectiva* ou *micro*. Este artigo debruçar-se-á sobre as perspectivas feministas de paz, sublinhando os matizes da proposta pós-moderna.

Introdução

Pese embora a heterogeneidade dos pensamentos feministas, as análises feministas sobre a violência e a paz convergiram na desocultação das violências interpessoais e das suas ligações com outras práticas violentas manifestas a escalas diferentes (nacional e global), desafiando a inevitabilidade da ordem social dominante (sistema de guerra). Não apresentando um corpo fechado de conceitos e abordagens *para a paz*, partilham ainda referências comuns a nível propositivo, como é o caso do conceito de *paz intersubjectiva* ou *micro*.

Tendo estes elementos em mente, o principal objectivo deste ensaio é analisar os traços marcantes e inovadores da proposta feminista de paz que, ao adoptar o nível de análise microssocial, põe em destaque as práticas quotidianas de violência e de paz ou transformação de conflitos, dando conta das expressões violentas do sistema de dominação (o patriarcado) e das resistências que contra ele se desenvolvem. Para isso, num primeiro momento analisar-se-ão alguns elementos-chave da denúncia feminista do carácter androcêntrico das Relações Internacionais, nomeadamente os conceitos de Estado, poder e segurança. Seguidamente, após uma reflexão sobre os traços que singularizam cada tendência feminista no campo da

paz, examinar-se-ão os conceitos e abordagens introduzidos pelas perspectivas feministas no domínio dos Estudos sobre e para a Paz, dando destaque às noções de *continuum* de violências, paz intersubjectiva e segurança de proximidade. Finalmente, serão analisados os traços marcantes da proposta de paz feminista, em particular o conceito de poder enquanto emancipação e a ideia de educação para a paz feminista.

A crítica feminista das Relações Internacionais: o patriarcado como “sistema de guerra”

As perspectivas feministas chegaram ao terreno das Relações Internacionais (RI) como propostas desafiadoras do seu corpo teórico tradicional, assumindo-se, em grande medida, como veiculadoras de um discurso crítico e desconstrutor da agenda da disciplina. O trabalho de desconstrução destas correntes centrou-se nos chamados “três debates” – Realismo *vs.* Idealismo, Historicismo *vs.* Behaviorismo e Positivismo *vs.* Pós-Positivismo (Sylvester, 1994).

O elemento comum a toda a actividade de denúncia feminista é a defesa de que o objecto, as metodologias e os posicionamentos dominantes das RI são reflexo de uma visão dominante masculina, conotada com um certo tipo de masculinidade e que precisam de ser escrutinados de perto, de forma a suplantarem a noção, também ela dominante, de que são campos neutros em termos de construções de género (Grant, 1991: 9).

No texto “Man, the State and War – Gendered perspectives on national security”, J. Ann Tickner (1992) atenta sobre estes “factos” das RI com um olhar sensível às construções de género, concluindo que todos revelam ser faces de uma mesma moeda: o patriarcado. As concepções vigentes de Estado, segurança e paz surgem como expressões redutoras e perpetuadoras de uma ordem assente na desigualdade (e não na diferença) entre sexos. O entendimento unitário e racional de Estado e das funções prioritárias que lhe são reconhecidas, como a preservação da inviolabilidade do território, o “dilema de segurança” e o próprio conceito de segurança nacional que lhe é associado denotam a transposição de traços masculinos, concretamente características associadas a uma masculinidade dominante,¹ como a competitividade, a autonomia e a desconfiança, para uma escala macro.

¹ O patriarcado assenta em valores e pressupostos ligados a uma concepção particular de masculinidade, a masculinidade hegemónica, não sendo correcto falar de valores masculinos por si só. A masculinidade, tal como a feminilidade, como ressalta Pettman (1996: 94), é uma construção social e cultural. A noção de masculinidade subjacente ao sistema patriarcal é a hegemónica, pelo que este sistema não subalterniza apenas as mulheres e as

Assim como o processo de construção de Estados é tido como um empreendimento masculino, as percepções de guerra e de paz, parte central da agenda das RI, são consideradas produtos por excelência do sistema que Zanotti descreve como

[...] um sistema de dualismos: da mente sobre o corpo, do pensamento sobre o sentimento. [...] Dualismos nos quais as mulheres são identificadas como o lado negativo. O patriarcado é um sistema de valores desenvolvido através da experiência masculina: competição, hierarquia, agressão, burocracia, alienação da terra, negação das emoções, visão geracional limitada, objectificação do outro, seja por motivos de sexo, raça ou classe (*apud* Reardon, 1985: 37).

O ponto de partida das análises feministas das RI (agenda, conceitos e abordagens) é precisamente a análise do processo de atribuição de papéis sociais diferenciados em função do sexo, que tende a subalternizar as mulheres e as suas experiências, procurando perceber o peso que estes papéis sociais têm na consolidação e perpetuação de uma cultura de violência ou “sistema de guerra” (Reardon, 1985). Para esta autora, a estrutura de poder patriarcal é entendida como “a parte central da estrutura conceptual que determina virtualmente toda a acção humana, tanto pública, como privada” (*ibidem*: 15), através da imposição de papéis sexualmente definidos e hierarquizados entre si, cimentando e naturalizando relações de poder válidas em contextos de guerra e em contextos de paz.

Por conseguinte, os estereótipos ‘homens-violência’ e ‘homens-paz formal’ traduzem o entendimento privilegiado do sistema patriarcal face ao papel que o homem tem na condução e na realização da guerra em nome dos desprotegidos e no delineamento de fins negociados para os conflitos, onde se reestruturam as relações de poder e se definem novas prioridades. Adicionalmente, a associação ‘mulheres-paz’ coaduna-se igualmente com a condição de subordinação das mulheres enfatizada pelo patriarcado, construindo-se por via da percepção de que as mulheres são construtoras inatas da paz, em detrimento da sua capacidade de mobilização efectiva. Tradicionalmente, a outra relação estabelecida é a de ‘mulheres-vítima’, que também decorre da divisão de papéis decorrente do sistema patriarcal e resulta do entendimento da mulher como dependente face ao homem (dialéctica homem-cidadão/mulher-dependente).

Estas representações de género tornam possíveis actos de violência “privada”, bem como actos de violência organizada, socorrendo-se de mitos legitimadores, como os da

características femininas, como também distingue entre masculinidade máscula, de primeira classe e masculinidade de segunda classe, os “homens inferiores”.

predisposição genética da mulher para a paz, o da visão romantizada da guerra (Enloe, 2000) e o mito da masculinidade hegemónica (Tickner, 1992; Goldstein, 2001), mitos estes que, por sua vez, a violência e a guerra reconstitui e reforça. Transversal a estes estereótipos está a divisão tradicional dos espaços de movimentação e responsabilidade de homens e mulheres. Ao homem está reservada, por tradição, a responsabilidade de zelar pela comunidade e pela família no espaço público, através da participação política e da actividade laboral, respectivamente, e também na esfera internacional, nomeadamente através da mobilização militar. À mulher, por defeito, está reservada a tarefa de cuidar da esfera doméstica, espaço subordinado da arena pública.

Na sequência desta masculinização da guerra e feminização da paz, algumas investigadoras feministas têm alertado para os perigos de uma agenda de investigação para a paz imbuída de conceitos de violência, paz e segurança, também eles masculinos, redutores e auto-perpetuadores de uma ordem assente na desigualdade entre sexos. Segundo Caroline Moser e Fiona Clark (2001: 3), esta realidade encerra dois perigos: o primeiro relaciona-se com o posicionamento alheado, e já tradicional, dos investigadores e estudiosos em geral face às representações sociais dos sexos, e o outro prende-se com a percepção errada ou a estereotipificação dos papéis desempenhados por mulheres e homens em contextos de conflito violento.

Pensamentos feministas e paz(es)

Apesar de partirem da premissa comum de que as relações de poder de base sexual moldam e são moldadas pelos entendimentos e práticas de guerra e de paz, as perspectivas feministas no campo da paz são pautadas pela diversidade, ecoando as orientações das tendências gerais do feminismo.

Podemos identificar três correntes genéricas dentro do feminismo: o feminismo liberal ou feminismo da igualdade (feminismo de primeira vaga); o feminismo da diferença (feminismo de segunda vaga) e o feminismo pós-positivista (feminismo de terceira vaga). O feminismo liberal, elaborado inicialmente pelo movimento sufragista, reconhece que as mulheres têm estado historicamente silenciadas em virtude do seu afastamento do poder político, pelo que preconizam que, para ultrapassar o legado de invisibilidade, é necessário garantir igualdade de oportunidade entre mulheres e homens no acesso às estruturas de poder.

Já o feminismo da diferença (ou feminismo de segunda vaga)² sublinha a existência de diferenças biológicas, valorativas e comportamentais entre mulheres e homens, pelo que a emancipação das mulheres não se alcança com garantias de igualdade de oportunidades, mas sim através da mudança das relações sociais a um nível micro, privado. A solução para ultrapassar o legado de discriminação passa então pela construção de uma relação de horizontalidade e paridade entre os dois sexos. Por fim, o feminismo pós-positivista (ou feminismo de terceira vaga) rejeita o universalismo das “experiências das mulheres”. A identidade sexual não legitima a universalização das experiências das pessoas, pelo que existem outros elementos formadores da identidade, como a etnia, religião e classe. Este feminismo acusa assim a constituição dentro das propostas feministas de um padrão hegemónico de feminilidade, que enfatiza os discursos e experiências da “mulher branca, ocidental e heterossexual” (Westwood e Radcliffe, 1993: 5).

As três propostas equacionam de forma diferente os cenários de guerra e de paz e as necessidades e/ou exigências femininas nestes contextos. Mary Burgieres (1990: 5-7) resume as diferenças entre estas correntes feministas da seguinte forma: 1) o feminismo liberal rejeita o estereótipo mulheres-paz, defendendo o acesso das mulheres às estruturas de poder, nomeadamente de pendor militar; 2) o feminismo pacifista/maternalista, tributário do feminismo de 2ª vaga, aceita ambos os estereótipos tradicionalmente associados ao masculino e feminino, tendo em vista subvertê-los a favor da emancipação e igualdade das mulheres; 3) o feminismo anti-militarista, alinhado com o pós-modernismo, recusa ambos os estereótipos (mulher-pacífica, homem-violento) e perspectiva a paz como uma nova relação de poder entre homens e mulheres.

Recusando a visão essencialista das mulheres enquanto sexo pacífico, que contribui para o reforço dos mitos centrais da estrutura opressora da mulher, o feminismo liberal tem defendido a igualdade de acesso de homens e mulheres às estruturas de poder e instrumentos da violência, nomeadamente ao sector militar. Para estas feministas, a participação feminina nestas estruturas permite-lhes o acesso a uma cidadania de ‘primeira classe’ e, logo, dotá-las de oportunidades de transformação da realidade, desde logo, a paz.

² Existem duas correntes dentro deste feminismo que divergem relativamente à explicação da origem das diferenças entre mulheres e homens. A corrente essencialista preconiza que a identidade da mulher é determinada por factores biológicos, em especial que a experiência da maternidade determina o comportamento social das mulheres. De resto, este entendimento está muitas vezes associado, como irei analisar, à difusão de estereótipos como o de mulher enquanto vítima e o de mulher como construtora natural da paz. A corrente construtivista, por sua vez, recorre à socialização das mulheres, ao património comum de experiências desta para justificar as suas diferenças relativamente aos homens.

Os feminismos pacifistas/maternalistas, que recorrem a argumentos essencialistas e construtivistas, por seu turno, têm advogado a valorização das experiências e recursos de mulheres na construção da paz, ligando-as quer à especificidade biológica (maternidade), quer à socialização (cuidado), respectivamente. Gilligan (1982), por exemplo, chama a atenção para o facto de as mulheres raciocinarem moralmente a uma ‘voz diferente’, mais concreta e contextual, focando-se nas relações e responsabilidade em detrimento dos princípios e direitos abstractos, e prestando mais atenção às consequências de escolhas e acções. Na mesma linha, Sarah Ruddick (1982) desenvolveu a noção de pensamento materno, explorando as práticas maternalistas que encorajam capacidades e valores pacifistas.

Por fim, o feminismo anti-militarista, que desafia os estereótipos da mulher-pacífica e homem-violento, chama a atenção para o papel destes estereótipos na perpetuação de uma sociedade sexista e militarizada. Distanciando-se da proposta de paz feminista liberal e do feminismo maternalista, apela à necessidade de conhecer as diversas realidades vividas pelo sexo feminino em situações de conflito e construção da paz, sublinhando o carácter desproporcionadamente masculino dos processos de militarização, conceitos de segurança e cidadania (Pettman, 1996: 107).

Entendendo a paz e a guerra como conceitos e práticas imbuídos, de forma profunda, de estruturas patriarcais, concebem a paz como dependente da ruptura com os estereótipos e a promoção de novas relações de poder entre homens e mulheres, avançando com a proposta de um novo tipo de cidadania, menos dependente de valores militares, e trabalhando no sentido da problematização da associação homem-violência.

Como frisa Judith Stiehm,

[...] é muitas vezes tentador centrarmo-nos na violência (unilateral) que as mulheres sofrem dos homens. Mas os homens também fazem coisas terríveis uns aos outros, legalmente, ilegalmente ou extra-legalmente, portanto é necessário pôr a violência perpetrada contra os homens na agenda também. (2001: 228)

No mesmo sentido, Cynthia Enloe (1983) defende que a prova de que o homem não é naturalmente agressivo reside no investimento e no carácter ideológico de que se reveste o treino e preparação militar de um recruta.

A paz feminista

Da denúncia comum das violências microssociais e dos *continuums* de insegurança...

Depois de revelar os pressupostos-base do Realismo e a respectiva cegueira de gênero, as correntes feministas delinearam as suas próprias alternativas, partindo de pressupostos diferentes: a não exclusividade e opacidade do Estado nas relações internacionais; a existência de relações de cooperação no espaço internacional; e a natureza abrangente das ameaças à segurança. Partindo destas novas premissas, as propostas feministas, desenvolvidas por Brock-Utne (1989), Enloe (1983; 1989; 2000) e Tickner (1992; 2001), aprofundaram a ruptura introduzida pela concepção dualista da paz de Galtung (1969; 1990) (paz negativa e paz positiva), responsável pelo fim da exclusividade do nível de análise estatocêntrica da violência, de modo a incluir na sua análise todos os tipos de violência manifestos ao nível individual, ou seja, todas as (in)seguranças.

Com base na observação de que um dos factores estruturais e culturais das violências é o sistema patriarcal, e partindo da análise concreta das violências sofridas pelas mulheres, as feministas estabelecem um *continuum* ou permanência entre as várias práticas de violência e injustiça existentes (Moser, 2001: 31) (violência doméstica, armada, social, económica, etc.).

Seguindo este entendimento das violências, as feministas não só questionam os conceitos tradicionais de guerra e paz, que encaram como artificiais e redutores, como também expõem as suas perversidades: negligenciam violências de ordem estrutural e cultural, que operam no longo prazo e que estão na base de muitas das expressões violentas de larga escala, naturalizando assim violências micro, sentidas na esfera interpessoal (não exclusivamente por mulheres, mas sobretudo por elas) e comuns a nível global, que constituem um dos eixos de alimentação de novas espirais de violência. Nas palavras de Cynthia Cockburn (2001: 29), “a desigualdade é a chave da violência. [...] Legitima a violência contra pessoas consideradas inúteis, conduzindo-as, por vezes, a recorrer elas próprias à violência para ganhar respeito e poder”.

Perfilhando esta linha de argumentação, algumas feministas têm contestado a separação analítica estabelecida entre contextos de guerra declarada e outras práticas violentas, nomeadamente ocorridas em contextos formais de paz, realçando que a sua relação não é de oposição, mas sim de conexão (Scheper-Hughes, 1997; Moser, 2001). Um dos exemplos de falsas dicotomias expostas pelas feministas diz respeito a fenómenos de hiper-concentração

territorial de violência armada em cenários mais amplos de paz formal (Pureza e Moura, 2004; Moura, 2005).

Ao chamar a atenção para a proximidade e conexões que estas expressões de violência de ordem micro mantêm com os teatros de guerra convencionais a nível internacional, nomeadamente em termos de actores e vítimas da violência, factores de mobilização, estratégias de guerra e formas de financiamento, estes investigadores desconstróem a base conceptual de análise da violência, superando o seu cariz dicotómico e excludente, e dão conta dos efeitos da sua inadequação em termos de formulação de alternativas à violência (Pureza e Moura, 2004: 56-57; Moura, 2005: 89-94).

Com base neste diagnóstico acerca da origem e disseminação das várias formas de violências, a pertinência das respostas tradicionais de contenção das mesmas, materializadas no conceito de segurança tradicional/nacional, são também questionadas. As concepções vigentes de segurança e paz, herdeiras da influência da corrente realista de análise das RI, que estipulam como medida da segurança internacional a maximização do poder militar e económico, e subsequente garantia de auto-suficiência, são então expostas enquanto construções masculinas e veículos de perpetuação de inseguranças.

Para as feministas, este paradigma de segurança estatocêntrico não pressupõe a eliminação de violência ou de insegurança ao nível pessoal. Pelo contrário. Ao fazer depender a segurança nacional da militarização da sociedade (Tickner, 1991: 27-29), compreendida como uma manifestação visível do patriarcado, as noções tradicionais de segurança não só não garantem a sobrevivência física, como potenciam novas fontes de insegurança.

Neste contexto, é necessário um conceito de segurança e paz abrangente, que responda perante/ao novo sujeito da segurança – o cidadão. O conceito de segurança proposto pelas feministas, apelidado por Moura (2002: 42) de “segurança de proximidade”, assume uma natureza multidimensional (dimensões económica, social, cultural e militar) e multi-escalas (níveis macro, formal e micro, informal) (Tickner, 2001: 62), proporcional à expansão do conceito das violências.

... às propostas feministas de paz(es)

Como ficou explícito, a violência atravessa vários aspectos da vida em sociedade, não se limitando aos períodos de conflitos violentos que têm na guerra a sua expressão mais radical. De igual modo, a paz está presente em várias escalas, desde a interpessoal à internacional.

Em virtude desta ampliação do conceito de violência, a paz feminista passou então a ser formulada não só em termos de eliminação da violência organizada (guerra) ao nível macrossocial, como também de violência não organizada, ao nível microsocial (por exemplo, na esfera doméstica).

Como sugerem Pureza e Moura (2004), a proposta de paz feminista, de pendor interpessoal, pese embora a sua natureza exigente, não se coaduna com a visão maximalista de paz, implícita na construção galtuniana de paz positiva triangular (directa-estrutural-cultural). Na verdade, a perspectiva feminista visa romper com esta ambição, fundada em pares dicotómicos igualmente falsos, como pacífico *vs.* violento (Martinez Guzman, 2001: 69).

Servindo-se do referencial de conceitos desenvolvidos pelos teóricos da tese da paz imperfeita (Martinez Guzman, 2001; Muñoz, 2001), feministas como Portolés (2001), Moura (2005; 2007) e Cockburn (2008), pretendem dar a conhecer e resgatar pazes concretas, atitudes pacifistas quotidianas, que existem de facto, mas que geralmente não são reconhecidas, e tendo muitas vezes como protagonistas mulheres (Moura e Santos, 2008). Estas práticas de paz, que Tatiana Moura rotulou de “novíssimas pazes” (2005), são distintas das pazes formais e teóricas, e, apesar de isoladas no tempo, tendem a corresponder a localismos globalizados (Santos, 1997), estando relacionadas entre si.

Outro dos contributos importantes dos feminismos (em geral) foi a proposta de um novo conceito de poder, diferente do conceito patriarcal de ‘poder sobre’, baseado num entendimento de autoridade enquanto responsabilidade e criação de oportunidades de capacitação (jogo de soma variável) (Skjelsbaek e Smith, 2001: 70). Feministas como Wartenberg (1990) e Virginia Held (1993) e autoras ecofeministas como Starhawk (1987) destacaram-se neste campo pelas tentativas de desenvolvimento de definições de poder feminista tributárias da ideia de poder como concertação. Neste campo realçam-se dois aspectos: a dimensão organizativa deste poder, assente no trabalho em rede, por oposição às estruturas organizadas hierarquicamente; e o seu horizonte transformador e emancipatório das

relações sociais, transversal às relações sociais micro (familiares e de vizinhança) e às macro (locais, nacionais e globais).

Por fim, feministas como Brock-Utne (1989) desenvolveram o conceito de educação para a paz feminista enquanto estratégia de construção de paz. Enfatizando a importância dos processos de socialização de rapazes e raparigas na construção de estereótipos e padrões comportamentais de género, estas feministas defenderam a necessidade de estudar estes processos, tendo como horizonte a sua desconstrução e, por conseguinte, a alteração das relações de poder de base sexual.

Conclusão

Como vimos, a formulação de um conceito de paz feminista não implica a aceitação dos essencialismos mulheres-paz e homens-violência, apesar de ter sido a base de algumas propostas feministas de paz. No que diz respeito à associação mulher-paz (e homem-guerra), não existe consenso no seio do movimento feminista. Enquanto a posição essencialista defende o papel especial da mulher na promoção da paz, dada a sua inclinação biológica para a maternidade, a proposta construtivista contesta esta associação, rotulando-a de mítica, uma vez que se inscreve na dinâmica de binariedade excludente característica do patriarcado. Paralelamente, outras investigações feministas têm problematizado a associação tradicional entre homem e guerra, desmascarando o seu carácter socialmente construído.

Apesar desta heterogeneidade interna, a investigação feminista sobre e para a paz, sobretudo ao longo dos anos 80 e 90, foi decisiva para a reconceptualização da paz ao introduzir o nível de análise microsocial, dando conta dos rostos concretos da cultura de violência, em particular do sistema patriarcal, e, ao chamar à atenção para as práticas de paz e transformação de conflitos levadas a cabo por mulheres.

Através da análise dos mecanismos produtores de violência e as suas expressões, tendo como referência a interacção entre o nível microsocial e o macro-social, as perspectivas feministas quebraram a dicotomia entre guerra e paz (e, por consequência, entre violências – expressões, actores e espaços – a ter em conta e violências “menores”) e expuseram as continuidades entre práticas de violência (e de paz) inter-escalas (individual-internacional).

As mais-valias das perspectivas feministas no domínio da teoria da paz, e em particular da escola de pensamento pós-estruturalista, podem resumir-se, a meu ver, em dois elementos: por um lado, a densificação do diagnóstico das inseguranças e violências ao adoptar o filtro

de análise das relações de poder de base sexual, em particular o foco de análise microsocial; por outro lado, a ênfase no resgate de pazes quotidianas e a defesa de um conceito de poder orientado para a transformação social, em alternativa a uma noção de poder repressivo e controlador.

Referências bibliográficas

- Brock-Utne, B. (1989), *Feminist Perspectives on Peace and Peace Education*. New York: Pergamon Press.
- Burgieres, Mary (1990), “Feminist Approaches to Peace: Another step for Peace Studies”, *Millenium: Journal of International Studies*, 19, 1-18.
- Cockburn, Cynthia (2001), “The Gendered Dynamics of Armed Conflict and Political Violence”, in C. Moser; F. Clark (orgs.), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 13-29.
- Cockburn, Cynthia (2008), *From Where We Stand: War, Women's Activism and Feminist Analysis*. London: Zed Books.
- Enloe, Cynthia (1983), *Does Khaki Become You? The Militarization of Women's Lives*. London: Pluto Press.
- Enloe, Cynthia (2000), *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. London: Pandora.
- Galtung, J. (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- Gilligan, Carol (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. New York: Harvard University Press.
- Grant, Rebecca (1991), “The Sources of Gender Bias in International Relations Theory”, in R. Grant; R. Nowland, *Gender and International Relation*. Buckingham: Open University Press, 9-25.
- Goldstein, Joshua (2001), *War and Gender: How gender shapes the war system and vice-versa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Held, Virginia (1993), *Feminist Morality: Transforming Culture, Society, and Politics*. Chicago: University of Chicago Press.

- Martinez Guzman (2001), “La Paz Imperfecta. Una perspectiva desde la filosofía para la paz”, in Muñoz (org.), *La Paz imperfecta*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 67-94.
- Muñoz, F. (2001) (org.), *La Paz imperfecta*. Granada: Editorial Universidad de Granada.
- Moser, C.; Clark, F. (2001) (orgs.), *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books.
- Moura, Tatiana (2002), *Entre Atenas e Esparta – Mulheres, Paz e Conflitos Violentos*, Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- Moura, Tatiana (2005), "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos", *Revista Critica de Ciências Sociais*, 71, 77-96.
- Moura, Tatiana; Santos, Rita (2008), “Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada”, *Oficina do CES*, 307.
- Pettman, Jan Jidy (1996), *Worlding Women – A feminist international politics*. London: Routledge, 87-153.
- Portolés, Carmen (2001), “La construcción de la paz”, *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 73.
- Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana (2004), “O regresso da paz negativa?”, *Revista de História das Ideias*, 25, 157-168.
- Reardon, B. (1985), *Sexism and the War System*. New York, Teachers College Press.
- Ruddick, Sara (1982), “Maternal thinking”, in *Maternal Thinking – Towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press, 13-27.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural dos direitos Humanos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 48, Junho, 11- 32
- Scheper-Hughes, (1997), “Specificities: Peace-Time Crimes”, *Social Identities*, 3(3), 471-498.
- Skjelsbaek, I.; Smith, D. (2001), *Gender, Peace & Conflict*. London: SAGE Publications.
- Sylvester, Christine (1994), *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Starhawk (1987), *Truth or Dare: Encounters with Power, Authority, and Mystery*. San Francisco: Harper.

- Stiehm, Judith (2001), “Neither Male nor Female: Neither victim nor executioner”, in I. Breines *et al.*, *Male Roles, Masculinities and Violence – A culture of peace perspective*. Paris: UNESCO, 223-230.
- Tickner, Ann (1992), “Man, the State and War: Gendered perspectives on National Security”, in *Gender in International Relations – Feminist perspectives on achieving global security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 27-66.
- Tickner, A (2001), *Gendering World Politics: Issues and approaches in the Post-Cold Era*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Wartenberg, Thomas (1990), *The Forms of Power: From Domination to Transformation*. Philadelphia: Temple University Press.
- Westwood, S.; Radcliffe, S. (1993), “Gender, Racism and the Politics of Identities in Latin America”, *Viva. Women and Popular Protest in Latin America*. London: Routledge, 1-29.